

EXPLORANDO O CONSUMO DAS FAMÍLIAS BRASILEIRAS E SUA INTERFACE COM O CICLO DE VIDA E GÊNERO¹

EXPLOITING CONSUMPTION OF BRAZILIAN FAMILIES AND ITS INTERFACE WITH LIFECYCLE AND GENDER

Angelita Alves de Carvalho²
José Eustáquio Diniz Alves³

1. RESUMO

Nas últimas décadas houve transformações significativas na composição e tamanho das famílias, em que se alteraram as relações de gênero e diversificou-se o padrão de consumo entre os membros familiar. Sabendo-se que o consumo reflete o bem-estar dos membros familiares, este trabalho objetivou traçar o perfil de consumo dos arranjos familiares a partir de uma análise de gênero e ciclo de vida familiar. Utilizaram-se para isso os dados da Pesquisa de Orçamento Familiar (POF) 2002-2003 do IBGE. Esses dados revelaram que existem questões de gênero importantes no comportamento com relação às decisões de consumo e que a composição das famílias, principalmente a presença de provedores e o ciclo de vida, influenciam diretamente no equilíbrio do orçamento familiar. Pode-se afirmar que os arranjos familiares possuem especificidades importantes de consumo que merecem ser mais bem analisadas, para maior eficácia na elaboração e implementação de políticas públicas.

Palavras-chave: Consumo Familiar. Gênero. Ciclo de Vida Familiar.

2. ABSTRACT

In the last decades, there have been significant changes in the composition and size of families, what has changed gender relationships and the pattern of consumption among family members. By knowing that consumption reflects the well-being of family

¹ Parte da dissertação de mestrado em Estudos Populacionais e Pesquisas Sociais da Escola Nacional de Ciências Estatísticas (ENCE). Pesquisa financiada pelo IBGE e pela CAPES.

² Doutoranda em Demografia pelo CEDEPLAR/UFMG. Belo Horizonte, MG, Brasil (angelita_alves_carvalho@hotmail.com).

³ Professor Pesquisador da Escola Nacional de Ciências Estatísticas. Rio de Janeiro, RJ, Brasil (je_alves@yahoo.com.br).

members, the objective of this study was to describe the consumption profile of members of the families by gender analysis and family cycle of life. Therefore, it was used data of Pesquisa de Orçamento Familiar (POF – Family Budget Research) 2002-2003 of IBGE in this study. Those data showed that there are important gender issues in the behavior regarding consumption decisions, and that composition of families, especially the presence of providers and the cycle of life, directly influence the balance of the family budget. It can be stated that the family arrangements have important consumption characteristics that deserve to be better dealt for more efficiency in the development and implementation of public policies.

Keywords: Household Consumption. Gender. Family life cycle.

3. INTRODUÇÃO

As várias mudanças demográficas ocorridas na sociedade nos últimos tempos, especialmente aquelas relativas à redução da fecundidade e da mortalidade, à maior longevidade e aos novos valores associados a esse comportamento, bem como as questões relacionadas à maior secularização e individualização, ocorreram simultaneamente com as transformações no tamanho e composição das famílias, das relações de gênero e dos padrões de consumo. De modo geral, pode-se dizer que há tendência para estruturas familiares menores e mais heterogêneas quanto à sua composição. Além do crescimento dos arranjos monoparentais e das famílias reconstituídas, existe um crescente enfoque nas famílias com apenas uma criança, nos casais de dupla renda e sem filhos, ou nos arranjos unipessoais (BONGAARTS, 2001; THERBORN, 2006; ARRIAGADA, 2007).

Além da renda, o consumo está relacionado ao estilo de vida dos indivíduos, à composição demográfica e às estruturas familiares. A estrutura das famílias determina os tipos de gastos de cada unidade familiar, uma vez que a composição dos arranjos pode influenciar no uso do tempo e dos recursos monetários entre os moradores. Também, desempenha papel importante na participação dos membros no mercado de trabalho e no seu desempenho escolar. Como atualmente existe grande diversidade de arranjos, julga-se de grande relevância a avaliação mais acurada do consumo entre as diferentes estruturas familiares brasileiras, uma vez que a possibilidade de respeitar as

especificidades dos distintos grupos pode trazer ganhos significativos à análise. Pois essas novas tendências de famílias repercutem significativamente nas condições e opções de consumo, e a possibilidade de conhecer esses hábitos de consumo de uma população ou de determinado tipo de arranjo pode se tornar importante instrumento para analisar o grau de desenvolvimento e bem-estar dos envolvidos (BERTASSO et al., 2007; MENEZES et al., 2006).

Entre as muitas transformações sociais que contribuíram para as alterações no tamanho e composição das famílias, além da queda da fecundidade e do aumento da esperança de vida, destacam-se a maior autonomia e empoderamento da mulher, com diminuição das desigualdades de gênero. Assim, as abordagens de gênero são fundamentais para a compreensão das mudanças no padrão familiar, à medida que as desigualdades entre homens e mulheres na família e na sociedade fazem que os cuidados com os familiares, especialmente os filhos, e trabalhos domésticos sejam repartidos de forma desigual entre os gêneros, o que afeta as decisões reprodutivas e de consumo (SORJ, 2005; BRUSCHINI, 2007).

Sabe-se que as reduções das desigualdades de gênero tornaram a mulher uma consumidora importante, detendo-se, segundo Rocha (2000), à decisão familiar e controlando mais de 80% das compras. De acordo com Pinheiro e Fontoura (2007), mesmo escassos, estudos têm mostrado que homens e mulheres gastam diferentemente, sobretudo devido à diferença de papéis socialmente atribuídos a cada sexo, o que reflete opções de consumo diferenciadas, sejam elas tomadas de maneira individual, sejam de modo coletivo. Nesse sentido, um estudo que privilegie as diferenças de consumo por sexo nos diferentes arranjos familiares pode trazer contribuições à discussão sobre as “preferências” de homens e mulheres e o impacto dessas diferenças sobre o bem-estar dos membros da família.

Por tudo isso, um estudo que consiga analisar o consumo a partir da ótica dos arranjos familiares, sexo dos responsáveis e ciclo de vida familiar pode trazer elementos para a definição de políticas públicas que levem em consideração, em seu desenho, o impacto diferenciado de sua atuação em cada arranjo e indivíduo da família. Pois, a partir do momento em que se constata que as famílias não se comportam como unidades e nem mesmo há unidade dentro dos próprios arranjos e que os gastos individuais

trazem diferenças claras de consumo quanto ao sexo do responsável e do ciclo de vida familiar, espera-se um aumento da eficiência das políticas na área de família.

De fato, com vistas a aumentar a eficácia de algumas políticas públicas, inclusive daquelas relacionadas ao combate à pobreza, tem-se argumentado que as mulheres se preocupam mais com a educação, a saúde e o bem-estar de suas famílias e filhos ou, simplesmente, que as mulheres gastam “melhor”⁴. Apesar dos limites da POF e do reconhecimento de que esse papel atribuído à mulher não é inato, mas socialmente construído, algumas inferências e análises podem ser feitas a fim de contribuir para a discussão do assunto.

Tendo em vista que as relações dos gastos com consumo têm sido utilizadas como indicador importante de bem-estar entre as populações, este trabalho teve como objetivo principal traçar o perfil de consumo dos arranjos familiares e das pessoas que moram sozinhas a partir de análises de gênero e ciclos de vida familiar, mostrando como as múltiplas formas de inserção social influenciam na diversidade dos padrões de consumo.

4. MUDANÇAS FAMILIARES, DE GÊNERO E CONSUMO

4.1. O mundo da Família e das Relações de Gênero

A família tem passado por muitas transformações, acompanhando e influenciando os acontecimentos históricos, econômicos, sociais e demográficos ocorridos ao longo do último século. Estudos internacionais (BONGAARTS, 2001; THERBORN, 2006; ROSERO_BIXBY, 2008) têm-se dedicado ao tema família em diferentes aspectos. Todos esses estudos relacionam o declínio da fecundidade (*childlessness*) às alterações na composição e tamanho das famílias. Esse declínio do número de filhos reflete a tendência de mudança nas estruturas complexas dos tradicionais modelos de arranjos familiares em direção a arranjos mais simples, formados principalmente pelas famílias nucleares, que dominam na contemporaneidade

⁴ Este é o argumento utilizado, por exemplo, no Programa-Bolsa Família para justificar a titularidade do cartão de recebimento do benefício, que deve, preferencialmente, caber à mulher. Segundo o Ministério do Desenvolvimento Social e de Combate à Fome (MDS), “esta decisão tem como base estudos sobre o papel da mulher na manutenção da família e na sua capacidade de usar os recursos financeiros em proveito de toda a família” (PINHEIRO; FONTOURA, 2007).

as sociedades industrializadas. Os fatores-chave de explicação da redução da fecundidade seriam a redução da mortalidade e da contribuição econômica dos filhos em relação a outras atividades, a transformação familiar especialmente das unidades conjugais, o desvanecimento dos suportes culturais para a criação dos filhos, o acesso melhorado à regulação da fecundidade, o retardamento do casamento, a difusão de novas idéias e práticas de comportamento. Tudo isso tem levado o surgimento de novas trajetórias de vida e diversificadas unidades domésticas. Atualmente, é comum famílias com apenas um filho (*one child family*), casais de dupla renda sem filhos (*Duple Incomes No Children – DINC*), o ninho vazio do casal de meia-idade, o domicílio de uma pessoa sozinha, entre outros.

Os estudos de Arriagada (2007) sobre a América Latina revelaram que as famílias nucleares, apesar de ainda terem maior predominância, estão se reduzindo substancialmente, fato devido ao aumento das diferentes constituições familiares. Também têm diminuído as famílias nucleares biparentais, o que se explica pelo crescimento das famílias monoparentais femininas com filhos. Essa autora ainda revelou a diminuição das famílias estendidas e compostas, bem como o aumento dos domicílios sem família, principalmente os domicílios unipessoais.

Mais especificamente no Brasil, Goldani (2002) discutiu que as famílias brasileiras vivenciam maior diversidade de arranjos familiares, novas tecnologias reprodutivas, aumento das mulheres na força de trabalho, elevadas taxas de divórcio, etc. Tudo isso oferece a falsa impressão de que as famílias estão desestruturadas, ameaçadas ou, mesmo, desaparecendo, quando na verdade, de fato, elas demonstram sua enorme capacidade de adaptação e de mudança. Nesse mesmo sentido, Araújo e Scalon (2005) afirmaram que têm ocorrido grandes transformações no mundo da família e nas relações de gênero, enfraquecendo as características hierárquicas da sociedade e possibilitando, assim, o surgimento de formas mais horizontais e simétricas de interação.

O conceito de gênero, ao enfatizar as relações sociais entre os sexos, permitiu a apreensão de desigualdades entre homens e mulheres, em que se destaca especialmente, as desigualdades de poder. Nas sociedades ocidentais, marcadas também por outros “sistemas de desigualdade”, é possível constatar, no entanto, que o padrão dominante nas identidades de gênero de adultos envolve uma situação de subordinação e de

dominação das mulheres, tanto na esfera pública quanto na esfera privada (CARVALHO *apud* FARAH, 2004).

Os estudos de gênero, ao denunciar e expor os diversos tipos de desigualdade existentes entre os papéis de homens e mulher possibilitaram grandes avanços em prol da igualdade de gênero no mundo. No Brasil, muito se expandiu o conhecimento acerca da realidade das mulheres e dos homens, e por isso é possível dizer que durante o século XX as mulheres brasileiras obtiveram o reconhecimento e conquistaram várias vitórias. Segundo Alves e Corrêa (2009), as mulheres inseriram-se na educação, no mercado de trabalho, na seguridade social, nos esportes e obtiveram melhorias na esperança de vida e no acesso ao voto, à mídia e aos meios contraceptivos. Isso representou um avanço em prol da diminuição das iniquidades de gênero, contudo foi apenas uma batalha vencida, mas não o fim da guerra pela igualdade.

Por outro lado, Araújo e Scalon (2005) destacaram que, além da escassez e limitação dos dados, sabe-se que a assimetria de gênero, desfavorável à mulher, continua sendo um dado concreto das novas possibilidades de cursos de vida para as mulheres brasileiras, principalmente devido à reafirmação das tarefas de reprodução e criação de filhos, os quais, apesar de atualmente ocuparem cada vez menos tempo da vida adulta das mulheres, continuam sendo tarefas quase exclusivas delas, ao mesmo tempo que o poder de decisão, especialmente no que envolve a chefia familiar, continua desproporcionalmente em mãos masculinas.

E nesse campo tem-se dado maior relevância à reflexão sobre o fenômeno das famílias em que a mulher é a chefe, em especial aquelas monoparentais. As discussões desse grupo concentram-se basicamente nas condições de pobreza dessas famílias, uma vez que no Brasil a maioria das mulheres chefes de família encontra-se em situação de vulnerabilidade social. Essa e outras afirmações levaram à construção de um termo bastante controverso, denominado “feminilização da pobreza”, considerando que há maior incidência de pobreza entre as mulheres do que entre os homens. Contudo, as mulheres não são, necessariamente, as mais pobres entre os pobres, e a adoção não crítica do termo “feminilização da pobreza” pode estar sobrerrepresentando as famílias monoparentais com chefia feminina no grupo dos pobres e, ainda, associar a pobreza à mulher é uma maneira de persistir com visões preconceituosas a respeito da capacidade feminina (MACEDO, 2009).

Também estão estritamente relacionadas às questões de gênero as formulações de políticas públicas para as famílias, pois, devido às grandes transformações na família, Pinheiro e Fontoura (2007) e também Bartholo (2009) discutiram que a estrutura da proteção social deveria considerar as perspectivas sobre gênero e família existentes na sociedade atual. Isso porque, muitas vezes, o que ocorre é que as políticas acabam por fortalecer a percepção da responsabilidade feminina pela esfera doméstica e pela maternidade, sem aproximar os homens da reprodução social, reforçando a divisão sexual do trabalho e dificultando a articulação trabalho e família para as mulheres e a redução das iniquidades de gênero no mercado de trabalho.

4.2. Renda e Padrão de Consumo das Famílias

Um grande marco para a história do consumo das famílias brasileiras foi a estabilização econômica proporcionada pelo Plano Real em 1994. O Plano Real marcou um novo período na história econômica do Brasil, em que o consumidor pôde experimentar a sensação de viver em uma economia com inflação reduzida, em que havia a possibilidade de programar melhor os seus gastos. Ocorreram grandes mudanças nas estruturas dos gastos e dos rendimentos das famílias, com uma relação relativamente direta entre aumento de rendimentos e crescimento dos gastos. Contudo, houve poucas mudanças no que diz respeito à diminuição da desigualdade de renda. De certa forma, o que houve foi uma nova forma das famílias cuidarem dos seus orçamentos familiares por conta da estabilidade da moeda e planejar seus gastos (RAMOS e REIS, 1997).

De acordo com Montali (2003), os efeitos da reestruturação produtiva e do desemprego interferiram diretamente no contexto familiar, uma vez que ocorrem rearranjos de inserção de seus componentes no mercado, pois nem sempre conseguiam manter os rendimentos de suas famílias em seus níveis anteriores. Com isso, houve queda nas taxas de participação e de ocupação das vagas por chefes de famílias do sexo masculino e dos filhos e crescimento para as esposas, isto é, para o sexo feminino, configurando-se outros tipos de arranjos e em outros momentos de ciclo de vida.

Os estudos de orçamentos familiares historicamente têm mostrado que, à medida que cresce a renda, diminui a proporção da renda que é gasta com itens referentes à

alimentação. Essa afirmativa é conhecida como Lei de Engel, pois os gastos com outras atividades como educação e lazer passam a fazer parte integrante e com maior peso somente quando o maior rendimento o permite. E as famílias mais pobres acabam por comprometer grande parte de seus salários com alimentação, a qual, como se sabe em muitas situações, não é de alto conteúdo nutricional. Assim as famílias mais pobres não possuem recursos suficientes para as despesas como educação, lazer e saúde (CALLEGARO, 1982).

Base importante para este trabalho, em que as preocupações anteriores também estão presentes, é o estudo de Silveira e Bertasso (2004). Esses autores elaboraram uma tipologia socioeconômica das famílias e seus perfis de gastos a partir dos dados disponíveis na Pesquisa de Orçamentos Familiares de 1995-1996, observando que entre os grupos familiares pobres era elevada a participação dos gastos com alimentos básicos, transporte urbano, remédios e fumo. Já nos grupos de maior renda os gastos mais relevantes eram com habitação, serviços públicos, planos de saúde e educação. Nos grupos familiares com maior presença de idosos, destacavam-se os gastos com saúde e alimentação. Os citados autores ainda destacaram que, além da renda, o tamanho da família, a composição etária e a idade do chefe são extremamente importantes na definição do padrão de consumo das famílias.

Segundo Menezes et al. (2006), os gastos das famílias brasileiras com alimentos são afetados pelas alterações na renda e, em sua distribuição, pelos preços relativos dos bens e por outras transformações que ocorrem na sociedade brasileira, a exemplo da urbanização, estilo de vida, mudanças demográficas e transformações na composição das famílias (grau de instrução escolar e do sexo do chefe da família). Esse estudo foi referente aos gastos com alimentação, mas, da mesma forma que esses fatores alteram esse tipo de gasto, eles influenciam também os outros tipos de despesas.

O estudo de Almeida e Freitas (2007), em que foi analisado o consumo entre famílias com idosos, mostrou que comportamentos de consumo de distintas estruturas familiares são diferenciados não somente em decorrência da renda domiciliar, mas também em função de características relativas a tamanho da família, composição etária familiar, situação censitária, trabalho, escolaridade do chefe e região. Esses autores observaram que a presença do idoso nas famílias não modifica os hábitos de consumo dos mais jovens que vivem com eles e que, nas famílias com idosos e sem idosos,

indivíduos na fase de vida laboral, entre 30 e 50 anos, possuem hábitos de consumo semelhantes.

5. BASE DE DADOS E METODOLOGIA

A base de dados utilizada neste estudo foi a Pesquisa de Orçamento Familiar (POF), realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Optou-se por essa base de dados devido à sua riqueza de informações em aspectos que envolvem a estrutura orçamentária, como despesas e rendimentos dos domicílios e famílias brasileiras, o que possibilita a análise da composição dos gastos de acordo com rendimentos e composição familiar. Além disso, Diniz et al. (2007) destacaram que a pesquisa apresenta, ainda, dados socioeconômicos e demográficos que enriquecem a leitura das informações específicas de consumo. Contudo, esses autores chamaram a atenção para o fato de que, a despeito do volume de informações que a pesquisa apresenta, ela ainda é pouco explorada.

O objetivo das POFs é o estabelecimento da estrutura de gastos em consumo empregada nos cálculos dos índices de custo de vida, mais especificamente a determinação e atualização das estruturas de ponderação dos dois principais índices de preços do IBGE – o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) e o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) – e a investigação da parcela do consumo das famílias nas Contas Nacionais (DINIZ et al., 2007).

Nesta análise foram utilizadas somente as despesas monetárias correntes, compostas pelas despesas de consumo e outras despesas correntes. As despesas de consumo são as realizadas pelos moradores dos domicílios com a aquisição de bens e serviços, usados com a finalidade de atender às necessidades e desejos particulares desses moradores. As categorias de despesa principais utilizadas foram classificadas da seguinte forma: alimentação, habitação, vestuário, transporte, saúde, recreação, cultura e outras. No que se refere à definição de rendimentos, para esta pesquisa utilizou-se da variável calculada pela POF, denominada Renda Total Mensal da Unidade de Consumo (UC), que se caracterizou como o somatório de todos os rendimentos (monetários e não monetários) da UC. Utilizou-se essa variável, pois seria necessário para o cálculo do

percentual de poupança⁵ o conhecimento de todas as rendas, e, se fosse considerado somente o rendimento monetário, as famílias ficariam mais empobrecidas, o que na verdade é superado, muitas vezes, pelos rendimentos não monetários⁶.

Posteriormente, foram definidas as variáveis de família e de caracterização sociodemográfica. É necessário deixar claro que se focalizou a diferença da população de 15 anos e mais na família, pois se acredita que a presença de filhos e outros⁷ pequenos influencia diretamente na quantidade e tipo de produtos e serviços requeridos pelas famílias, influenciando também, diretamente, as despesas e, conseqüentemente, a disponibilidade e uso da renda. Além disso, foram consideradas apenas pessoas de 15 anos ou mais de idade quando elas estavam na categoria de pessoa de referência ou cônjuge, obtendo-se 18 tipos de famílias⁸.

6. RESULTADOS E DISCUSSÕES

Na Tabela 1, sobre a distribuição da chefia entre os diferentes tipos de arranjos, observa-se que ainda são os homens os mais definidos como os responsáveis pelas famílias (3m mais de 73% dos arranjos) e as mulheres em apenas 26,3%. Isso ocorre de maneira mais visível, principalmente, nos arranjos de núcleo biparental, como o de casal

⁵ O termo percentual de poupança não está sendo usado no sentido literal da palavra, posto que o valor encontrado não obrigatoriamente precisa estar sendo poupado ou guardado, pois, quando se trata de famílias, esse valor pode estar sendo utilizado de outras formas, como no investimento educacional e pessoal dos filhos ou de outros parentes. Assim, o termo está sendo usado somente para ilustrar a relação entre rendimentos e despesas.

⁶ Além disso, ao verificar a variável dos rendimentos não monetários, muitos declarantes afirmavam receber em forma de benefício rendimentos considerados monetários, como as aposentadorias e pensões. Assim, para evitar subdeclaração dos rendimentos, optou-se pelo uso da variável Renda Total Mensal da Unidade de Consumo. Entretanto, essa escolha deve ser sempre lembrada quando se analisam, nesse artigo, os diferenciais de rendimento familiar por sexo do responsável pela família, pois em alguns casos o rendimento de famílias de “chefia feminina” pode ser superior ao daquelas de “chefia” masculina, e esses diferenciais, muitas vezes, podem estar relacionados justamente pelo tipo de rendimento analisado (monetários e não monetários).

⁷ A categoria “outros” inclui agregados, empregados domésticos, parentes do empregado doméstico, pensionistas e outros parentes.

⁸ Quais sejam: arranjo unipessoal, casal sem filho, casal sem filho com outros menores de 15 anos, casal sem filho com outros maiores de 15 anos, casal com filhos menores de 15 anos, casal com filhos maiores de 15 anos, casal com filhos menores e outros menores de 15 anos, casal com filhos menores e outros maiores de 15 anos, casal com filhos maiores e outros menores de 15 anos, casal com filhos maiores e outros maiores de 15 anos, monoparental com filhos menores de 15 anos, monoparental com filhos maiores de 15 anos, monoparental com filhos menores e outros menores de 15 anos, monoparental com filhos menores e outros maiores de 15 anos, monoparental com filhos maiores e outros menores de 15 anos, monoparental com filhos maiores e outros maiores de 15 anos, outros com menores de 15 anos, outros com maiores de 15 anos.

com filhos e casal sem filhos, ou seja, nesses arranjos a chefia familiar ainda é declaradamente masculina e a mulher tende a assumir o papel de cônjuge. Esses dados estão muito atrelados a concepções desiguais de gênero, que acabam por definir muitas atitudes das mulheres com relação à declaração do responsável pela família, as quais diminuem, e até mesmo eliminam, sua contribuição, atribuindo ao companheiro a chefia da casa, embora elas mesmas se reconheçam com parceira e até mesmo mantenedoras financeiras da unidade (SANTOS, 2008). Contudo, nos arranjos monoparentais mais de 90% das pessoas de referência são mulheres, pois os arranjos monoparentais masculinos é um evento ainda bastante raro. Também nos arranjos do tipo outros, em mais de 63% as mulheres são as pessoas de referência. E, por fim, os arranjos unipessoais são aqueles que apresentam maior equilíbrio entre os sexos como pessoa de referência, 51% são homens e 49% são mulheres, fato justificado, uma vez que a distribuição de sexos nesse tipo de arranjo tem-se tornado cada vez mais homogênea, com grande crescimento de mulheres morando sozinhas, principalmente nas idades de 40 a 50 anos e também na faixa etária mais jovem (de 15 a 29 anos) (CARVALHO et al., 2009). Quando se consideram a idade dos filhos e, ou, outros ainda na Tabela 1, observa-se que há maior presença de mulheres como pessoa de referência em arranjos em que os filhos e, ou, outros são menores de 15 anos. Isso pode contribuir para a maior vulnerabilidade dos arranjos chefiados pelas mulheres, pois as mães com filhos pequenos enfrentam maiores dificuldades de inserção no mercado de trabalho e acabam por se sujeitar a piores condições de trabalho, normalmente mais presentes no mercado informal, com menos horas trabalhadas e menores salários (BRUSCHINI, 2007).

Tabela 1 - Distribuição percentual dos arranjos familiares segundo o sexo da pessoa de referência, Brasil, 2002-2003

Tipos de arranjos familiares	Distribuição linha			Distribuição coluna	
	Masc.	Fem.	Total	Masc.	Fem.
1- Unipessoal	5,2	4,9	10,2	7,1	18,8
2- Casal sem filho	10,3	0,9	11,1	14,0	3,2
3- Casal sem filho e outros < de 15 anos	0,9	*	0,9	1,2	*
4- Casal sem filho e outros > de 15 anos	1,1	0,1	1,2	1,5	0,5
5- Casal + filhos < 15 anos	33,7	2,0	35,7	45,8	7,6
6- Casal + filhos > de 15 anos	9,5	0,9	10,4	12,9	3,6
7- Casal + filhos e outros < de 15 anos	1,9	0,2	2,0	2,5	0,6
8- Casal + filhos e outros > de 15 anos	3,0	0,3	3,3	4,1	1,1
9- Casal + filhos > e outros < de 15 anos	3,1	0,3	3,4	4,2	1,1
10- Casal + filhos e outros > de 15 anos	1,3	0,2	1,5	1,8	0,6
11- Monop. + filhos < de 15 anos	0,5	4,6	5,1	0,7	17,3
12- Monop. + filhos > de 15 anos	0,8	4,4	5,3	1,1	16,9
13-monop. + filhos e outros < de 15 anos	*	0,6	0,7	*	2,4
14- Monop. + filhos < e outros > de 15 anos	*	0,9	0,9	*	3,2
15- Monop. + filhos > e outros < de 15 anos	0,4	2,4	2,8	0,5	9,2
16- Monop. + filhos e outros > de 15 anos	0,2	1,0	1,1	0,2	3,7
17- Outros + menores de 15 anos	0,3	0,8	1,1	0,4	2,9
18- Outros + maiores de 15 anos	1,5	1,9	3,4	2,0	7,1
Total relativo	73,7	26,3	100,0	100,0	100,0

Fonte: Microdados POF 2002-2003 e IBGE.

* As estimativas não ofereciam confiabilidade.

Observando a distribuição da renda e das despesas entre os arranjos familiares (Tabela 2), nota-se que as famílias de chefia feminina apresentam os menores rendimentos entre os tipos de família, especialmente os arranjos monoparentais, os quais possuem alta discrepância entre rendimentos e despesas, com as despesas ultrapassando mais de 32% o valor da renda. Segundo o IBGE (2006), essa aparente precariedade e pobreza dos arranjos monoparentais femininos pode estar relacionada à questão da ausência do cônjuge nas estruturas familiares chefiadas por mulheres e às diferenças de inserção e desigualdade de rendimento entre homens e mulheres no mercado de trabalho, pois os diferenciais por sexo encontrados nos percentuais de famílias que viviam com rendimento familiar de até 1/2 salário mínimo *per capita* não foram elevados o suficiente para se afirmar a existência de uma “feminilização” da pobreza.

Fato interessante, no entanto, é que o arranjo em que o percentual de poupança se apresentou mais negativo (-40% da renda) foi o do tipo casal com filhos menores e outros maiores de 15 anos chefiados por mulheres, o que não acontece quando são chefiados por homens, os quais possuem uma poupança de quase 9% da renda. Esse fato pode indicar que, em muitos casos, a poupança negativa pode estar mais relacionada ao ciclo de vida das famílias do que ao sexo da pessoa de referência. Pois, segundo Castro e Vaz (2007), muitas famílias são mais preocupadas com o investimento na vida dos filhos, chegando a ponto de extrapolar o orçamento em virtude de garantir condições melhores de educação, saúde, lazer etc. para eles do que ter um orçamento equilibrado. Exemplo disso é o gasto com educação, pois, apesar de o acesso ao ensino privado só ser possível por meio de gasto monetário que, para muitas famílias pobres, constitui ônus exagerado, alguns desses pais preferem arcar com esse gasto por imaginar que estão dando aos filhos condições melhores de vida do que aquelas que tiveram.

Nota-se, na Tabela 2, que arranjos monoparentais femininos em que os filhos e, ou, outros são menores de 15 anos apresentam os rendimentos mais baixos; nesses casos, há associação entre a alta razão de dependência, a falta de coprovedores (cônjuge, filhos e outros) e, ainda, a dificuldade de inserção no mercado de trabalho das mães com filhos pequenos. Pois, segundo Bruschini (2007), muitas mães, devido aos problemas de conciliação trabalho e família, acabam aceitando empregos precários, os quais ofertam menores salários.

Tabela 2 - Tipos de arranjos familiares por renda e despesa mensal média total, segundo o sexo do responsável pela família e o percentual médio de poupança mensal. Brasil, 2002-2003

Tipos de arranjos familiares	Renda (R\$)		Despesa (R\$)		% poupança	
	Masc.	Fem.	Masc.	Fem.	Masc.	Fem.
1- unipessoal	1366,5	1297,5	1256,4	1204,5	8,1	7,2
2- casal sem filho	1896,7	2094	1892,2	2009,7	0,2	4
3- casal sem filho e outros < de 15 anos	1239,1	*	1187,3	*	4,2	*
4- casal sem filho e outros > de 15 anos	1951,9	3005,3	1861	2521,7	4,7	16,1
5- casal + filhos < 15 anos	1633,8	1688,7	1692,7	1993	-3,6	-18
6- casal + filhos > de 15 anos	2887,7	2800,7	2700	2521,7	6,5	10
7- casal + filhos e outros < de 15 anos	1435,6	1040,9	1491,4	1161,8	-3,9	-11,6
8-casal + filhos e outros > de 15 anos	2381,6	3133,7	2168,5	4388,5	8,9	-40
9- casal + filhos > e outros < de 15 anos	2139	1596,2	2103,5	1777	1,7	-11,3
10- casal + filhos < e outros > de 15 anos	3399,1	2239,2	3236	2045,1	4,8	8,7
11- monop. + filhos < de 15 anos	1293,9	1005,1	1276,7	1184,2	1,3	-17,8
12- monop. + filhos > de 15 anos	2296,9	1739,7	2186,7	1756,9	4,8	-1
13-monop. + filhos e outros < de 15 anos	*	802,4	*	1061,4	*	-32,3
14-monop. + filhos < e outros > de 15 anos	*	1766,3	*	1819,7	*	-3
15-monop. + filhos > e outros < de 15 anos	1729,5	1527,1	1615,7	1427,4	6,6	6,5
16-monop. + filhos e outros > de 15 anos	2344,3	2840,3	2689,5	2371,9	-14,7	16,5
17-outros + menores de 15 anos	1516,4	982,2	1333,3	1048,7	12,1	-6,8
18-outros + maiores de 15 anos	1789,9	1753,3	1717,7	1694,5	4	3,4

Fonte: Microdados POF 2002-2003, IBGE.

* As estimativas não ofereciam confiabilidade.

Além disso, pode-se verificar, na Tabela 2, a influência do ciclo de vida no orçamento das famílias, observando a idade dos filhos e, ou, outros, pois as famílias que possuem prole e, ou, menores de 15 anos, independentemente do arranjo, apresentam as menores rendas; contrariamente, as famílias com filhos e, ou, outros maiores de 15 anos detêm as rendas mais elevadas, mostrando que arranjos com menor razão de dependência⁹ apresentam melhores condições de rendimento, enquanto naqueles em que a razão de dependência é elevada a renda familiar cai bruscamente. E, contrariamente, moradores menores de 15 anos demandam muitos recursos e, ainda, não podem contribuir para o orçamento. Pode-se afirmar com esses dados que existe relação positiva entre o rendimento familiar e a presença de provedores, sejam eles cônjuges, filhos ou outros. E, segundo Pinheiro e Fontoura (2007), devido à ausência de cônjuges nas famílias chefiadas por mulheres, a contribuição dos filhos e de outros moradores se torna relativamente mais importante nas famílias com chefia feminina do que naquelas chefiadas por homens.

Quando se observa a diferença de consumo por sexo (Tabela 3), percebe-se que, de modo geral, os arranjos em que o homem é a pessoa de referência, o peso com as despesas de alimentação e transporte é maior. Segundo Hoffmann (2007), o peso dos gastos com alimentação está diretamente associado ao número de membros da família, e como a família chefiada por homens tem, em média, maior número de moradores, esse peso, conseqüentemente, é mais elevado. Com relação às despesas de transporte, normalmente por auferirem maior renda, os arranjos de chefia masculina possuem maiores possibilidades de terem o carro próprio, o que eleva o percentual gasto com transporte nesses arranjos.

Já os arranjos em que a mulher é a pessoa de referência apresentam maiores despesas percentuais com habitação, o que, segundo Bertasso et al. (2007), pode estar relacionado ao fato de que arranjos de chefia feminina têm maior probabilidade de consumir bens duráveis do que aqueles de chefia masculina, uma vez que as mulheres priorizam mais o cuidado com a casa do que os homens. Apesar de na maioria dos

⁹ A razão de dependência seria a proporção dos jovens (até 15 anos) e idosos (acima de 60 anos) em relação à População em Idade Ativa (PIA), em que os dependentes (crianças e idosos) teoricamente consomem mais do que produzem, e a população adulta produz mais do que consome. Essa seria a relação básica que expressa a transferência entre as gerações. Nesse caso, refere-se à razão de dependência de crianças, uma vez que se está falando de arranjos familiares que se encontram no início do ciclo de vida. Para mais informações, ver Brito (2008).

arranjos chefiados por homens haver a presença também do cônjuge, muitas vezes, por falta de equidade de gênero nas decisões de consumo, as opiniões das mulheres não sobressaem, e por isso o gasto com habitação nesses arranjos é menor. Além disso, os arranjos em que a mulher é a responsável auferem, na maioria das vezes, menor renda e por isso, talvez, ainda não possuam casa própria, o que faz que os gastos percentuais com habitação sejam mais elevados.

Quanto ao gasto com vestuário, ao contrário do que falam no censo comum, domicílios chefiados por homens e mulheres possuem gasto percentual com esse item bastante similar. Em relação à despesa com educação, seu peso relativo fica um pouco mais elevado nos arranjos em que a mulher é a pessoa de referência, contudo os diferenciais são muito pequenos. De forma geral, pode-se verificar que os gastos percentuais com vestuário e educação são mais elevados entre os arranjos que possuem filhos e, ou, outros menores de 15 anos. Isso porque, segundo Silveira e Bertasso (2004), em famílias com adolescentes é alto o gasto com cursos regulares e pré-escolar, os quais, em sua maioria, são oferecidos pela rede privada de ensino, o que acaba por aumentar o peso das despesas com educação. Além disso, o elevado gasto com vestuário pode estar relacionado ao fato de que as crianças, por ainda estarem em fase de crescimento, trocam mais o vestuário do que os adultos.

No que diz respeito às despesas com recreação, na maioria das vezes o seu peso relativo é mais elevado em arranjos de chefia masculina, contudo estes são mais elevados, especialmente, naqueles arranjos em que os filhos e outros são maiores de 15 anos. Pois, segundo Silva et al. (2007), famílias com a presença de crianças o gasto com cultura/lazer é menor, em comparação com aquelas que têm filhos maiores de 15 anos, pois o consumo com recreação é feito em boa medida por jovens ou por famílias que têm filhos com mais de 18 anos ainda no domicílio. Quanto às despesas com saúde, observou-se que o percentual gasto entre os arranjos familiares era bastante diversificado. De modo geral, elas correspondiam a em torno de 4,5% das despesas e tendiam a ser maior em domicílios de chefia feminina, o que pode estar ligado ao fato de que as mulheres ainda investem mais nos cuidados com a saúde do que os homens. Nota-se que a maior diferença por sexo entre o percentual gasto com saúde se dá no arranjo unipessoal, em que entre as mulheres esse gasto representa quase 7% das despesas. Isso pode estar relacionado ao fato de que a maioria dos arranjos unipessoais é

composta por uma mulher idosa, para qual a há maior preocupação e cuidados com a saúde, o que eleva os recursos destinados a esse fim.

Tabela 3 - Distribuição percentual (%) dos gastos segundo tipos de despesa, arranjos familiares e sexo do responsável. Brasil, 2002-2003

Tipos de arranjo	Alimentação		Habitação		Vestuário		Transporte		Saúde		Educação		Recreação		Outras	
	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F
1-Unipessoal	24	19,5	43,5	53,4	3,5	3,5	9,7	4,3	3,8	6,6	0,9	0,7	3,2	2,4	11,4	9,6
2- Casal sem filho	21,6	19,5	41,3	45,5	4,5	4,9	10,9	9	6,5	5,8	0,7	0,9	2,6	2,9	11,9	11,5
3- Casal sem filho e outros < de 15 anos	29,1	*	39,2	*	4,9	*	7,9	*	5,5	*	0,8	*	3,2	*	9,4	*
4- Casal sem filho e outros > de 15 anos	22,7	19,3	37	33,5	5,7	5,3	9,8	14,4	6,2	5,1	1,5	1,5	3,5	3,2	13,6	17,7
5- Casal + filhos < 15 anos	26,6	23,7	36,6	39,2	6	6,2	11,7	10,7	4,2	3,9	1,7	2,1	3,2	3,7	10	10,6
6- Casal + filhos > de 15 anos	22,1	21,1	34,6	38,8	5,4	4,8	13,7	10,1	5,8	6,1	3	2,4	3,8	4,1	11,7	12,5
7- Casal + filhos e outros < de 15 anos	31,6	29,6	31,6	35,8	7,4	7,7	9,7	8	4,1	3,5	1,2	1,1	3,5	3,4	11	10,8
8- Ccasal + filhos e outros > de 15 anos	25,4	19,3	33,7	35,6	6,3	6,2	11,8	10,2	5,1	5,6	2,4	3,1	3,8	4,6	11,6	15,3
9- Casal + filhos > e outros < de 15 anos	26,2	28,1	34	37,1	6,4	6,9	10,9	8	6,1	4,1	1,4	1,1	3,4	3,2	11,4	11,5
10- Casal + filhos < e outros > de 15 anos	23,6	16,6	32,8	36,8	5,1	7,1	12,9	11,7	6,2	7,4	2,5	1,6	3,8	5,6	13	13,2
11- Monop. + filhos < de 15 anos	27,9	25,1	40,8	43,8	5,7	6,8	9,7	6,7	2,4	3,6	1,5	2,1	3,3	3	8,8	8,9
12-monop. + filhos > de 15 anos	25,4	21,1	37,9	43,2	5,6	5	9	9,1	5	5,6	1,6	2,2	3,5	3,2	12	10,5
13-monop. + filhos e outros < de 15 anos	*	32,5	*	36,3	*	7,9	*	5,2	*	4,2	*	1,1	*	2,9	*	10
14-monop. + filhos < e outros > de 15 anos	*	22,4	*	42,1	*	6,4	*	9	*	4,9	*	2,2	*	3,3	*	9,7
15-monop. + filhos > e outros < de 15 anos	27,6	27,1	36,4	38,1	6,4	6,9	8,4	7,3	4,7	5	1,1	1,4	3,5	3,3	11,8	10,9
16-monop. + filhos e outros > de 15 anos	29,1	23,3	31,6	39,4	6,2	5,8	11,4	8,5	4,4	6,4	1,6	2,3	3,5	3,2	12,3	11,2
17-outros + menores de 15 anos	26,7	27,3	40,8	41,6	5,6	6,7	8,3	4,6	3,3	5,4	2,6	1,5	3,8	2,9	9	10
18-outros + maiores de 15 anos	25	21,5	36,9	41	6	5,8	10,2	8,3	4,6	6,4	1,9	1,9	4,7	3,6	10,8	11,6

Fonte: POF-2002-2003

* As estimativas não ofereciam confiabilidade

Observando o percentual médio de consumo de alguns itens a partir dos tipos de família (Tabela 4), têm-se reforçadas algumas das afirmações feitas por Schlindwein e Kassouf (2007), pois as famílias monoparentais femininas apresentam menor gasto relativo com produtos para preparar e maiores percentuais gastos com alimentação fora

de casa quando comparadas com famílias monoparentais masculinas. Isso pode indicar que, quando as mulheres são chefes de família, na maioria das vezes, elas estão trabalhando fora de casa e, provavelmente, são as principais responsáveis pelo sustento da família. Assim, a chefe possui menor tempo de dedicação aos afazeres domésticos e acabam buscando formas alternativas de alimentação para a família, recorrendo, muitas vezes, à alimentação fora de casa ou aos produtos semipreparados.

Os produtos que necessitam de preparo, bem como as carnes, tiveram maior percentual de consumo entre os arranjos em que os homens eram os responsáveis, seguindo a tendência observada no estudo de Schlindwein e Kassouf (2007), em que se encontrou relação positiva entre o consumo de alimentos tempo-intensivos (feijão, arroz, carnes e farinha de trigo) e o homem ser o chefe da família. Esses dados podem indicar questões importantes de gênero, pois, quando o homem é o responsável pela unidade familiar, frequentemente, existe uma mulher cônjuge, sobre a qual, normalmente, recai a tarefa de preparo dos alimentos. Caso o homem seja chefe em uma unidade em que não exista o cônjuge, essa responsabilidade é transferida, provavelmente, para a empregada doméstica. Pois, sabe-se que, entre os arranjos que possuem pelo menos uma empregada doméstica, quase 80% deles são chefiados por homens.

Percebe-se que o peso dos gastos com fumo, jogos e álcool foi mais elevado em famílias chefiadas por homens, bem como o peso dos gastos com diversão sexual, sendo o arranjo unipessoal masculino o que apresentou maior proporção de gastos do orçamento com esses itens e com produtos alimentares semipreparados. O peso maior entre os homens que moram sozinhos pode estar relacionado ao fato de que nessas unidades não há, normalmente, mulheres para se responsabilizarem pela tarefa de preparo dos alimentos, o que leva os homens a buscar alternativas que demandam menos tempo nessas tarefas. Os gastos relativos aos serviços domésticos também foram maiores no arranjo unipessoal, principalmente entre as mulheres, as quais, provavelmente devido aos problemas típicos da idade, não conseguem fazer todos os serviços do lar.

Tabela 4 - Distribuição percentual (%) dos gastos médios mensais, segundo tipos de despesa, arranjo familiar e sexo da pessoa de referência. Brasil, 2002-2003

Arranjos familiares Despesas específicas	Unipessoal		Casal sem filho		Casal com filho		Mono-parental		Outros	
	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F
Semi-preparados Enlatados/conservantes	0,7	0,4	0,4	0,4	0,3	0,3	0,5	0,4	0,3	0,6
Orgânicos	0,3	0,4	0,5	0,4	0,5	0,4	0,5	0,5	0,5	0,4
Laticínios	1,2	1,8	1,7	1,2	1,6	1,4	1,4	1,5	1,4	1,6
Carne/peixe/ave	1,2	1,8	1,6	1,4	2,0	1,8	1,5	1,9	1,6	1,8
Para preparar	3,5	3,5	4,4	3,8	4,9	4,0	5,0	4,3	4,2	4,3
Açúcares	3,1	2,8	3,5	2,9	4,4	3,4	4,9	3,8	3,4	3,3
Bebidas não alcoólicas	0,8	1,1	1,1	0,8	1,4	1,3	1,2	1,3	1,1	1,1
Bebida alcoólica	1,1	1,0	1,2	0,8	1,2	1,1	1,4	1,2	1,4	1,1
Dietéticos/ castanhas	2,4	0,4	0,9	0,9	1,0	1,1	1,5	0,8	2,2	0,9
Padaria	0,4	0,4	0,5	0,4	0,6	0,6	0,7	0,6	0,5	0,5
Alimentação fora	2	2,3	2,2	2,3	2,8	2,9	3,0	3,0	2,7	2,8
Leitura	2,7	1,4	1,6	1,9	2,5	2,5	2,3	2,5	3,4	2,5
Diversão cultural	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,1	0,3	0,2
Diversão /night	0,1	0,1	0,1	0,2	0,1	0,1	0,1	0,1	0,2	0,1
Diversão esportiva	0,3	0,1	0,1	0	0,2	0,3	0,4	0,3	0,6	0,3
Celular	0,1	0,1	0,1	0,3	0,1	0,1	0,1	0,1	0,2	0,1
Diversão diversa	0,7	0,4	0,5	0,6	0,6	0,8	0,6	0,6	1,0	0,6
Jogos e apostas	0,3	0,2	0,2	0,3	0,4	0,4	0,3	0,3	0,5	0,3
Fumo	0,4	0,1	0,3	0,2	0,3	0,2	0,4	0,2	0,5	0,3
Diversão sexual	1,5	0,6	0,9	1	0,9	0,9	1,0	0,9	1,0	0,7
Viagens	0,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,1	0,1	0,1	0,2	0
Serviços domésticos	1,2	1,0	1,3	1,0	1,3	1,3	1,2	1,0	1,5	1,4

Fonte: IBGE, 2004; Microdados – POF, 2002-2003.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo permitiu aprofundar o conhecimento acerca dos padrões de consumo entre os arranjos familiares e das pessoas que moram sozinhas, identificando os principais diferenciais a partir do ciclo de vida familiar e sexo da pessoa de referência. Esse conhecimento é vital para a formulação de políticas públicas que combatam os

altos níveis de desigualdade vigentes na sociedade brasileira, desigualdades não só de renda, mas também de gênero, as quais se refletem na utilização desigual dos bens e produtos consumidos pelas famílias.

Constatou-se que a renda é realmente uma variável essencial para a determinação dos gastos na família, pois, conjuntamente com algumas características socioeconômicas (escolaridade, idade etc.) dos membros familiares, contribuem para oportunizar ou impedir certos tipos de gastos, destacando-se aqueles com alimentação, saúde, educação, recreação e outros. Além disso, apesar de os arranjos em que a pessoa de referência ser do sexo feminino apresentarem, na maioria das vezes, menor renda familiar quando comparados com aqueles em que o homem é o chefe, nota-se que em alguns casos, dependendo da desagregação feita, isso não ocorre, uma vez que o peso dos arranjos em que os homens são os chefes passa a apresentar menor renda. Esses dados ainda devem ser mais bem analisados, posto que renda familiar neste estudo incluiu tanto rendimentos monetários quanto não monetários. De qualquer forma, assim como discutido no referencial teórico, relacionar diretamente a chefia feminina à pobreza pode ser algo bastante errôneo, e por isso os estudos que tratam desse tema devem ser cautelosos ao afirmar essas questões.

Foi perceptível o grande efeito da renda sobre o gasto mensal relativo com educação e recreação, mas essas despesas também são bastante influenciadas pela composição das famílias, pois famílias em que os filhos e, ou, outros têm menos de 15 anos apresentam gastos percentuais mais elevados com educação do que aquelas em que os filhos são maiores de 15 anos. Isso porque, quando pequenos, os filhos e, ou, outros necessitam de cuidados com creche e pré-escola, acessíveis especialmente no ensino privado; no entanto, quando maiores, existem maiores facilidades para a inserção no ensino público. Contrariamente, o gasto percentual com recreação é mais elevado em famílias em que os filhos e, ou, outros são maiores de 15 anos, uma vez que as atividades de lazer requeridas pelos jovens normalmente acarretam maiores gastos, em comparação com as atividades de lazer demandadas pelas crianças.

Os dados sobre o consumo familiar e os diferenciais por sexo do responsável pelo arranjo revelaram que estabelecer qual dos chefes (homens ou mulheres) planejam mais eficientemente as despesas familiares, gastando de forma mais voltada para o bem-estar da família, é algo bastante complicado. Os diferenciais encontrados, como nos

gastos com educação e vestuário, foram bastante homogêneos com relação ao sexo da pessoa de referência, sendo esses diferenciais insuficientes para se comprovar essa relação. Mesmo para algumas despesas, em que os diferenciais de consumo por sexo dos responsáveis pelas famílias se mostram mais visíveis, principalmente no que envolve as despesas com habitação e transporte, ficou evidente que tais diferenças estão mais relacionadas a questões de maior renda familiar entre os arranjos do que ao sexo do chefe. Isso porque os arranjos em que o homem é a pessoa de referência, por auferirem maior renda, possuem condições mais propícias de terem o carro próprio, enquanto as famílias mais pobres, a maioria delas chefiadas por mulheres, possuem rendimento mensal inferior e, por isso, acabam por usufruírem mais do transporte coletivo, que é mais barato. E o mesmo acontece com a habitação, em que as mulheres, apresentarem menores condições de ter a casa própria e com isso arcam com a despesa de aluguel. Além disso, as mulheres, sendo mais propensas ao consumo de bens duráveis do que os homens, os domicílios chefiados por elas acabam por apresentarem maior peso relativo com despesas de habitação. Assim, com base neste estudo, o sexo do chefe familiar não deveria ser usado como critério de alocação de recursos públicos, pois direcionar esses recursos às mães pode, muitas vezes, reforçar desigualdades de gênero na família, uma vez que se vincula diretamente o cuidado dos filhos às mulheres, excluindo os homens dessa tarefa.

Por tudo isso, conclui-se que os arranjos familiares não se comportam como unidades homogêneas, pois não há homogeneidade nem mesmo dentro de um único tipo de arranjo, posto que as decisões de consumo estão associadas a muitas questões, variando significativamente a partir da renda familiar disponível, do ciclo de vida familiar e das características sociodemográficas dos membros, especialmente a idade, escolaridade e sexo do responsável.

8. REFERÊNCIAS

ALMEIDA, A. N. de; FREITAS, R. E. Famílias com idosos nas áreas urbana e rural: análise do dispêndio a partir da Pesquisa de Orçamentos Familiares de 2002-2003. In: SILVEIRA, F. G.; SERVO, L. M. S.; ALMEIDA, T.; PIOLA, S. F. (Org.). **Gastos e consumos das famílias brasileiras contemporâneas**. Brasília: IPEA, 2007. v. 2.

ALVES, J. E. D.; CORRÊA, S. Igualdade e desigualdade de gênero no Brasil: um panorama preliminar, 15 anos depois do Cairo. In: **Brasil: 15 anos depois do Cairo**. Campinas, SP: ABEP/UNFPA, 2009.

ARAÚJO, C.; SCALON, C. Percepções e atitudes de mulheres e homens sobre a conciliação entre família e trabalho pago no Brasil. In: ARAÚJO, C.; SCALON, C. (Org.). **Gênero, família e trabalho no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

ARRIAGADA, I. Transformaciones familiares y políticas de bienestar en América Latina. In: ARRIAGADA, Irma (Org.). **Familias y políticas públicas en América Latina: una historia de desencuentros**. Santiago de Chile: CEPAL, 2007.

BARTHOLO, L. **Articulação trabalho-família, bem-estar infantil e o aproveitamento da janela de oportunidades demográfica: a proteção social brasileira das crianças entre 0 e 6 anos no início do século XXI**. 2009. 161 f. Dissertação (Mestrado em Demografia) – Universidade Estadual de Campinas, NEPO/UNICAMP, Campinas, SP, 2009.

BERTASSO, B. F.; SILVEIRA, F. G.; MAGALHÃES, L. C. G. de. Aquisição e despesa com bens duráveis segundo as POFS de 1995-1996 e 2002-2003. In: SILVEIRA, F. G.; SERVO, L. M. S.; ALMEIDA, T.; PIOLA, S. F. (Org.). **Gastos e consumos das famílias brasileiras contemporâneas**. Brasília: IPEA, 2007. v. 2.

BONGAARTS, J. Household size and composition in the developing world in the 1900s. **Population Studies**, v. 55, n. 3, p. 263-279, nov. 2001.

BRUSCHINI, C. Trabalho e gênero no Brasil nos últimos 10 anos. **Cadernos de Pesquisa**, v. 37, n. 132, p. 537-572, set./dez. 2007.

CALLEGARO, C. A. A procura da generalização da Lei de Engel. **Revista de Administração**, v. 17, jan./mar. 1982.

CARVALHO, A. A.; ALVES, J. E. D.; CAVENAGHI, S. M. Mudanças no padrão tradicional de família: Um estudo sobre as pessoas sozinhas no Brasil entre 1987-2007. In: CONGRESSO LATINOAMERICANO DE SOCIOLOGIA – ALAS, 27., 2009, Buenos Aires. **Anais...** Buenos Aires, 2009.

CASTRO, P. F. de; MAGALHÃES, L. C. G. de. Recebimento e dispêndio das famílias brasileiras: evidências recentes da Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF) 1995-1996. In: SILVEIRA, F. G.; SERVO, L. M.; MENEZES, T.; PIOLA, S. F. (Org.). **Gasto e consumo das famílias brasileiras contemporâneas**. Brasília: IPEA, 2006. v. 1.

CASTRO, J. A.; VAZ, F. M. Gasto das famílias com educação. In: SILVEIRA, F. G.; SERVO, L. M. S.; ALMEIDA, T.; PIOLA, S. F. (Org.). **Gastos e consumos das famílias brasileiras contemporâneas**. Brasília: IPEA, 2007. v. 2.

DINIZ, B. P. C.; SILVEIRA, F. G.; BERTASSO, B. F.; MAGALHÃES, L. C. G. de.; SERVO, L. M. S. As Pesquisas de Orçamentos Familiares no Brasil. In: SILVEIRA, F.

G.; SERVO, L. M. S.; ALMEIDA, T.; PIOLA, S. F. (Org.). **Gastos e consumos das famílias brasileiras contemporâneas**. Brasília: IPEA, 2007. v. 2.

FARAH, M. F. S. Gênero e políticas públicas. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 12, n. 1, p. 360, jan./abr. 2004.

GOLDANI, A. M. A. Família, gênero e políticas: famílias brasileiras nos anos 90 e seus desafios como fator de proteção. **Revista Brasileira de Estudos de População**, v. 19, n. 1, jan./jun. 2002.

IBGE. **Pesquisa de Orçamentos Familiares 2002-2003**: primeiros resultados. Rio de Janeiro: IBGE, 2004. CD-ROM.

_____. **Pesquisa de Orçamentos Familiares, 2002-2003**. 3ª versão. Rio de Janeiro: IBGE, 2006. CD-ROM.

MACÊDO, M. dos S. Gênero e sua utilidade teórica e política para pensar famílias e chefia feminina. In: SEMINÁRIO AVANÇOS E DESAFIOS NO USO DO CONCEITO DE GÊNERO NOS ESTUDOS POPULACIONAIS – ABEP, 2009, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro, 2009.

MEDEIROS, M.; OSORIO, R. **Mudanças nas famílias brasileiras**: a composição dos arranjos domiciliares entre 1977 e 1998. Rio de Janeiro: IPEA, 2002. (Textos para Discussão, 886).

MENEZES, T.; SILVEIRA, S.; MAGALHÃES, L.; TOMICH, F.; VIANNA, S. Gastos alimentares nas grandes regiões urbanas do Brasil: aplicação de um modelo AIDS com expansão quadrática aos microdados da POF 1995/96 do IBGE. In: SILVEIRA, F. G.; SERVO, L. M.; MENEZES, T.; PIOLA, S. F. (Org.). **Gasto e consumo das famílias brasileiras contemporâneas**. Brasília: IPEA, 2006. v. 1.

MONTALI, L. Relação família-trabalho: reestruturação produtiva e desemprego. **São Paulo em Perspectiva**, v. 17, n. 2, p. 123-135, 2003.

PINHEIRO, L. S.; FONTOURA, S. O. Perfil das despesas e dos rendimentos das famílias brasileiras sob a perspectiva de gênero. In: SILVEIRA, F. G.; SERVO, L. M. S.; ALMEIDA, T.; PIOLA, S. F. (Org.). **Gastos e consumos das famílias brasileiras contemporâneas**. Brasília: IPEA, 2007. v. 2.

RAMOS, L. R. A.; REIS, J. G. A. **Emprego no Brasil nos anos 90**. Rio de Janeiro: IPEA, 1997. (Textos para Discussão, 468).

ROCHA, M. I. B. **Trabalho e gênero**: mudanças, permanências e desafios. 34. ed. Campinas, SP: ABEP, NEPO/UNICAMP e CEDEPLAR/UFGM, 2000.

ROSETO-BIXBY, L. Is Latin America starting to retreat from early and universal child bearing? In: **Annual meeting of the population association of America**. New Orleans, 17-19 apr. 2008.

SANTOS, A. T. dos. Famílias chefiadas por mulheres: permanências e rupturas com as tradicionais concepções de gênero. In: FAZENDO GÊNERO, 8., 2008, Florianópolis. **Anais...** Florianópolis: UFSC, 2008.

SCHLINDWEIN, M. M.; KASSOUF, A. L. Mudanças no padrão de consumo de alimentos tempo-intensivos e de alimentos poupadores de tempo, por região do Brasil. In: SILVEIRA, F. G.; SERVO, L. M. S.; ALMEIDA, T.; PIOLA, S. F. (Org.). **Gastos e consumos das famílias brasileiras contemporâneas**. Brasília: IPEA, 2007. v. 2.

SILVA, F. B.; ARAÚJO, H. E.; SOUZA, A. L. O consumo cultural das famílias brasileiras. In: SILVEIRA, F. G.; SERVO, L. M. S.; ALMEIDA, T.; PIOLA, S. F. (Org.). **Gastos e consumos das famílias brasileiras contemporâneas**. Brasília: IPEA, 2007. v. 2.

SILVEIRA, F. G.; BERTASSO, B. F. Tipologia socioeconômica das famílias das grandes Regiões urbanas brasileiras e seu perfil de gastos. In: CONGRESSO DA ASSOCIAÇÃO LATINO AMERICANA DE POPULAÇÃO – ALAP, 1., 2004, Caxambu. **Anais...** Caxambu, MG, 2004.

SORJ, B. Percepções sobre esferas separadas de gênero. In: ARAÚJO, C.; SCALON, C. (Org.). **Gênero, família e trabalho no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005. 304 p.

THERBORN, G. **Sexo e poder: a família no mundo 1900-2000**. Tradução por Elisabete Doria Bilac. São Paulo: Contexto, 2006.

*Recebido em 22 de Agosto de 2011 Aceito em 27 de Janeiro de 2012